



## Prefeitura Municipal de Marcelino Ramos

### PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 029/2023, DE 11 DE ABRIL DE 2023.

Câmara Municipal de Vereadores  
de Marcelino Ramos

Protocolo de Entrada nº 39/2023  
Data: 14/04/2023

Agente Administrativo Técnico

Determina regras pelas quais são as sociedades  
declaradas de utilidade pública.

**VAGNER MAFISSONI**, Prefeito Municipal de Marcelino Ramos, Estado do Rio  
Grande do Sul,

**FAÇO SABER**, que foi encaminhado, para apreciação do Poder Legislativo  
Municipal o seguinte projeto de Lei:

**Art. 1º** As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no município  
de Marcelino Ramos/RS com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade  
podem ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

- a) que adquiriram personalidade jurídica;
- b) que estão em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade;
- c) que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos não  
são remunerados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins  
lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão  
executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região  
correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação  
superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das  
fundações.

**Art. 2º** A declaração de utilidade pública será feita em decreto do Poder Executivo,  
mediante requerimento processado na Secretaria Municipal de Administração ou, em casos  
excepcionais, *ex-officio*.

**Art. 3º** Nenhum favor do Município decorrerá do título de utilidade pública, salvo a  
garantia do uso exclusivo, pela sociedade, associação ou fundação, de emblemas, flâmulas,  
bandeiras ou distintivos próprios, devidamente registrados na Secretaria Municipal de  
Administração e a da menção do título concedido.



## Prefeitura Municipal de Marcelino Ramos

**Art. 4º** As sociedades, associações e fundações declaradas de utilidade pública ficam obrigadas a apresentar todos os anos, exceto por motivo de ordem superior reconhecido, a critério do Poder Executivo Municipal, relação circunstanciada dos serviços que houverem prestado à coletividade.

**Parágrafo único.** Será cassada a declaração de utilidade pública, no caso de infração deste dispositivo, ou se, por qualquer motivo, a declaração exigida não for apresentada em dois anos consecutivos.

**Art. 5º** Será também cassada a declaração de utilidade pública, mediante representação documentada do Órgão do Ministério Público, ou de qualquer interessado, da sede da sociedade, associação ou fundação, sempre que se provar que ela deixou de preencher qualquer dos requisitos do art. 1º.

**Art. 6º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Marcelino Ramos/RS, 11 de abril de 2023.

  
**VANNEI MAFISSONI,**  
**Prefeito Municipal.**



**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei visa obter autorização legislativa para estabelecer regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.

Conforme é sabido possuímos sociedades civis e associações em nosso município que estão em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade, a declaração de utilidade pública destas sociedades e associações permitirá que busquem recursos públicos na esfera Estadual e Federal para desenvolvimento de suas atividades, além de podermos reconhecê-las publicamente pelos efetivos serviços prestados à sociedade Marcellinense.

Estas são as justificativas que nos levam a enviar o presente Projeto de Lei para apreciação de Vossas Excelências, rogando assim pela aprovação.

  
**VANNEI MAFISSONI,**  
**Prefeito Municipal.**